

Folha do Amapá  
22/3/96 10  
WAR 000 94

## DEMARCAÇÃO

# Índios e colonos estão em paz na Perimetral

Marco A. Gonçalves



Elson Martins

A correção da posição de uma placa e a veia sensacionalista de um repórter criaram uma manchete de *western* esta semana no jornal de maior circulação da cidade. Na quarta-feira, 28, o Jornal do Dia publicou em sua capa: "Índios e agricultores ameaçam entrar em guerra na Perimetral".

A julgar pela manchete e pela chamada de capa, os leitores do jornal foram levados a crer que índios Waiápi pintados para a guerra e colonos do assentamento Tucano II, na Perimetral Norte (BR-156), dariam um espetáculo cinematográfico com saravadas de flechas e tiros, no melhor estilo Daniel Boone.

No entanto - para provável desgosto do repórter Flávio Barros, autor da reportagem -, reinava a mais absoluta paz na Perimetral Norte (BR-156), onde fica a "área de confronto", naquele momento.

"Passamos por lá agora pouco, paramos para comprar cupuaçu e até conversamos um pouco com o pessoal", afirmou o indigenista Pedro Dias Corrêa, coordenador dos trabalhos demarcatórios do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), no dia seguinte à publicação da reportagem. "Estávamos com três índios conosco e ninguém falou nada", completou.

Na manhã do dia 28, quando a reportagem já fazia alarde, o chefe de posto da Funai na área indígena, Militino Mendes, informou pelo rádio que os Waiápi estavam tomando banho no rio, caçando ou brocando suas roças. "Guerra? É mentira", respondeu o servidor da Funai.

### REVANCHE

A súbita aparição de acusações contra os protagonistas da demarcação da Área Indígena Waiápi (os índios, o CTI e a Funai), um mês e meio depois da publicação do decreto 1775/96 faz pensar que se trata de um novo episódio da "revanche do contraditório".

O novo decreto, que substituiu o 22/91, garante aos interesses contrariados com a demarcação de terras indígenas a oportunidade de protestarem durante o andamento do processo - é o que o Direito chama de "contraditório". No entanto, no caso da área Waiápi, cuja demarcação física foi finalizada em dezembro passado, não havia qualquer interesse legítimo contrariado, principalmente na área da Perimetral. "A picada foi aberta no limite definido pela Funai em 1991, há uns quatro quilômetros do assentamento", informou Pedro Dias Corrêa.

O CTI e a Funai acreditam que a repentina bronca do presidente da Associação do Assentamento da Perimetral Norte, Francisco Alves da Silva, com a



Waiápi e colonos: notícia não reflete a realidade

demarcação deve-se à mudança na posição da placa que sinaliza o limite da área na margem da Perimetral Norte. A placa estava provisoriamente instalada nas imediações de onde passaria a picada demarcatória. "Sua posição anterior havia sido fixada com base no que informava um papel, o decreto de delimitação da Funai, assinado em 1991. Não havia como saber a posição correta", disse Pedro. Com a abertura da picada, a intersecção do limite com a Perimetral foi enfim conhecida e a placa foi colocada no ponto certo.

### REUNIÃO

O Incra, a Funai, o CTI e um representante dos Waiápi se reuniram ontem, dia primeiro, para tentar entender o que estava acontecendo. "Acho que é gente querendo se promover às nossas custas", interpretou o superintendente do Incra no Amapá, Ronaldo Costa Lima. O denunciante, Francisco Silva, foi convidado pelo Incra para esclarecer por que havia criado essa situação. Não apareceu, aumentando as suspeitas das instituições de que se trata de uma armação incosequente. Costa Lima afirmou que "se ele (Francisco) estivesse interessado em resolver algum problema, ele deveria ter procurado o órgão responsável", no caso o Incra, "e não um repórter sensacionalista".

O cacique Taruku Waiápi, que passou pelo Tucano II no dia 29 sem ser molestado, negou indignado a afirmação de que os índios tenham feito ameaças aos colonos. "Não vai ter guerra não. É mentira do pessoal, é tudo mentira", afirmou. Para Taruku, "o pessoal está com raiva de nós porque terminou demarcação". A julgar pela inconsistência das informações publicadas na reportagem, é bem provável.

## Desfazendo equívocos

As informações publicadas no Jornal do Dia de quarta-feira, 28, segundo o repórter Flávio Barros, foram transcritas de uma entrevista com o presidente da Associação da Perimetral Norte, Francisco Alves da Silva.

O editor da Folha do Amapá, Elson Martins, teve a oportunidade de ouvir um trecho da entrevista e, segundo sua avaliação o tom das declarações não era compatível com o que estava escrito no jornal. "Francisco falava em tom conciliatório, nada de guerra", afirmou Martins.

O CTI procurou o repórter e solicitou que fosse publicado uma nota corrigindo os equívocos publicados na reportagem. Abaixo, republicamos a nota, com novas informações.

1) O Centro de Trabalho Indigenista contatou via rádio seus técnicos na área e o chefe de posto da Funai, Militino Mendes, no dia 28, e todos foram conclusivos ao afirmar que não há evidência alguma de conflito na região. Garantimos também que nunca houve qualquer hostilidade entre índios e colonos de assentamentos do Incra na Perimetral Norte. Não é verdadeira também a afirmação de que o CTI incentiva os índios a hostilizar os colonos. Prova disso é que temos contratado como prestador de serviços um rapaz que mora no assentamento Tucano II.

2) A situação fundiária do local também não é objeto de qualquer confusão. Os limites da demarcação da área, cujos trabalhos de campo foram recentemente concluídos, são claros e seguiram as normas técnicas estabelecidas pela Funai. O Incra, órgão federal interessado, tem sido informado do andamento da demarcação desde o seu início, em 1994. O memorial que descreve os limites legais da área Waiápi está sendo produzido no Departamento de Assuntos Fundiários da Funai, em Brasília, e, tão logo fique pronto, o mapa final será divulgado aos interessados. Este procedimento é legal e habitual.

3) No limite onde o alinhamento corta a Perimetral Norte não houve mudança. O que ocorreu foi o reposicionamento da placa, com base no que está definido pelo decreto de delimitação da Funai, de 1991.

4) As contestações que porventura venham a ser feitas aos limites da área indígena Waiápi deverão seguir o que orienta o novo decreto 1775/96, que possibilita aos interesses contrariados se manifestarem. E por onde o senhor Francisco Alves da Silva deve agir, caso discorde da demarcação.

5) A Universidade de Pernambuco foi contratada pelo CTI para realizar o levantamento dos pontos geodésicos da área. Esse serviço já foi finalizado e a universidade não tem mais nenhum vínculo com a demarcação.

6) A demarcação da área indígena Waiápi decorre de um convênio assinado entre o CTI, que não é uma empresa, mas uma entidade não-governamental, a Agência de Cooperação Técnica da Alemanha (GTZ), que financia o projeto, e a Funai, que zela por sua correção técnica. Todo o processo de assinatura do convênio foi autorizado pelo Itamaraty e não há nenhuma ilegalidade na participação de estrangeiros no projeto. Se o Estado brasileiro tivesse cumprido com sua obrigação, expressa na Constituição Federal, de demarcar terras indígenas, não seria necessário recursos de fora.

7) Ainda sobre a desconfiança que paira sobre estrangeiros e índios, a Administração da Funai em Macapá informa que os únicos estrangeiros autorizados a atuarem dentro da área Waiápi são o antropólogo escocês Alan Campbell, que pesquisa os Waiápi desde 1974, e a antropóloga naturalizada brasileira, Dominique Gallois, doutora na Universidade de São Paulo, com residência fixa em São Paulo, que trabalha com esses mesmos índios desde 1977. Bem antes de qualquer colono chegar na Perimetral Norte.

Magda Aguiar



O indigenista Pedro Dias Corrêa, coordenador do CTI, mostra o assentamento no mapa